

# Superávit de R\$ 16 bi atinge meta um mês antes

*Economia - Brasil*

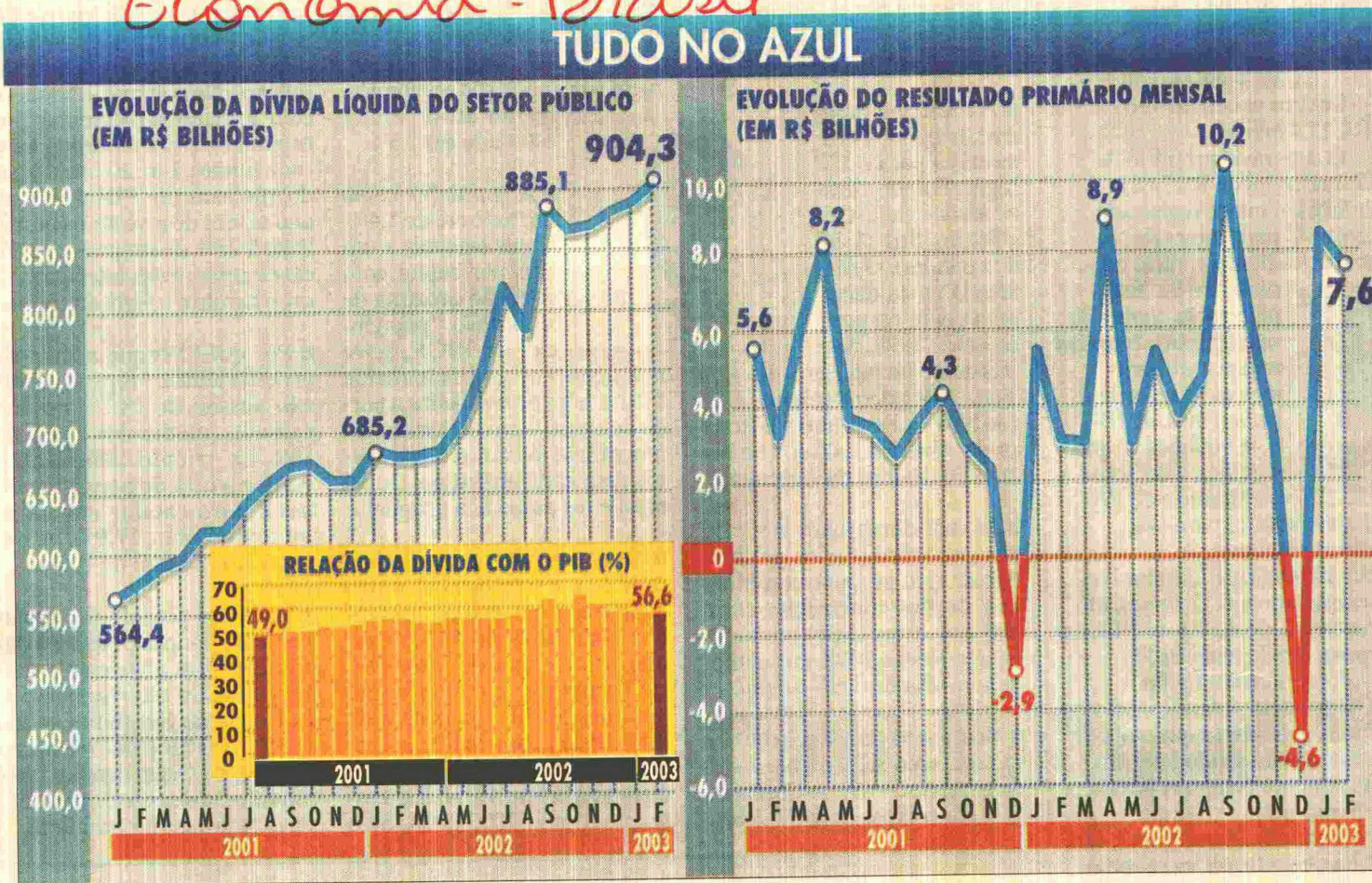
Com 2 meses de aperto fiscal, governo alcança objetivo acertado com o FMI para o trimestre

SHEILA D'AMORIM

**B**RASÍLIA – O aperto fiscal imposto pelo governo nos primeiros meses de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva gerou uma economia de R\$ 16,1 bilhões em apenas um bimestre. Esse valor, chamado de superávit primário, representa o dinheiro que sobrou após contabilizadas todas as receitas e despesas da União, Estados, municípios e estados, exceto o pagamento de juros. Com esse resultado, o governo já ultrapassou a meta de R\$ 15,4 bilhões acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para todo primeiro trimestre. Em cinco anos consecutivos, essa é a segunda vez que o País, em fevereiro, consegue superar a meta para o período de janeiro a março.

A primeira vez foi em 2000, quando a economia brasileira estava em expansão e com perspectivas bastante favoráveis de recuperação após a crise cambial de 1999. Naquele ano, a produção nacional, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB), cresceu 4,5%. Este ano, o que favoreceu o governo diante do baixo nível de atividade econômica foi a inflação e a consolidação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 2000.

Desde o primeiro mês de mandato, o setor público vem atingindo superávits primários expressivos. Depois de um superávit re-



corde em janeiro, a economia de R\$ 7,621 bilhões no mês passado foi a maior no período desde que o BC começou a apurar esse dado, em 1991.

Segundo o chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, a LRF, que impõe restrições de gastos ao setor público e estabelece punições para quem descumprir as recomendações, ainda estava em fase de im-

plantação em 2000.

Além disso, a inflação também tem ajudado. Em fevereiro de 2000, a inflação acumulada em 12 meses era de 7,86%, quase metade dos 15,85% de fevereiro deste ano. Com isso, os preços elevados reforçam a arrecadação nominal de impostos, entre eles a CPMF e a Cofins. No entanto, o ponto mais importante é que as despesas apresentaram forte contração em termos

reais, já que o governo não corrigiu seus gastos no mesmo ritmo da inflação.

Um exemplo são as despesas com pessoal. “Enquanto a inflação acumulada em 12 meses ultrapassa os 15%, o decreto orçamentário encaminhado ao Congresso prevê reajuste entre 3% e 4% para o funcionalismo público”, destaca o economista Júlio Callegari, da consultoria Tendências.

**Dívida** – A inflação também ajudou a estabilizar a relação da dívida líquida do setor público com o PIB. Em fevereiro, a desvalorização de 1,06% do real em relação ao dólar contribuiu para elevar em R\$ 15,5 bilhões o endividamento público por causa da parcela atrelada à variação da moeda estrangeira. Com isso, o estoque da dívida chegou a R\$ 904,4 bilhões. Mas o PIB nominal também cresceu, in-

fluenciado, em parte, pelos preços mais elevados.

Em razão disso, a relação da dívida com o PIB, que era de 56,2%, em janeiro, encerrou o mês passado em 56,6% do PIB. Segundo os dados do BC, o impacto da inflação para redução dessa relação da dívida com o PIB, em fevereiro, foi equivalente a 1,35 ponto percentual. O superávit primário obtido pelo setor público também serviu para abater a dívida, ajudando a estabilizar a relação com o PIB. “Em março, considerando uma taxa de câmbio de R\$ 3,40, a relação da dívida com o PIB deverá cair 1 ponto percentual, ficando em 55,6%”, projeta Lopes. O acordo com o FMI prevê um estoque de dívida de R\$ 945,7 bilhões, no fim de março.

Em fevereiro, todas as esferas de governo foram superavitárias, exceto o INSS, que teve um déficit primário de R\$ 1 bilhão e as estatais estaduais e municipais, que, juntas, registraram déficit de R\$ 328 milhões. Já as estatais federais tiveram superávit primário de R\$ 1,6 bilhão, puxado pelos ganhos da Petrobrás com a alta internacional do petróleo.

No mês passado, os gastos do setor público com juros somaram R\$ 14,5 bilhões, R\$ 3,1 bilhões a menos do que os R\$ 17,6 bilhões em janeiro. Com isso, o déficit nominal do mês foi de R\$ 6,9 bilhões, ante R\$ 9,2 bilhões em janeiro. No período de 12 meses terminado em fevereiro, as despesas com juros chegaram a R\$ 129,8 bilhões e o déficit nominal a R\$ 69,9 bilhões.